

144

S. R.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

2.º CARTÓRIO NOTARIAL DE LEIRIA

Av. Marquês de Pombal - (Galerias S. José) - Lote 2, Piso 0

Telef. 044 - 81 4319

2 410 LEIRIA

NOTÁRIO

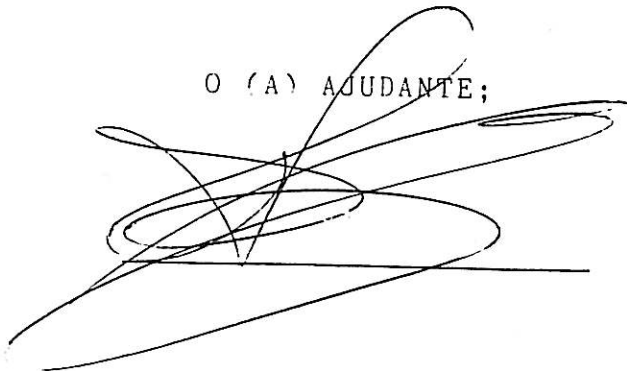
Lic. Agostinho de Chaves Andrade

FOTOCÓPIA

CERTIFICO que a presente fotocópia, composta de 13 folhas, ESTÁ CONFORME ao original e foi extraída de fls. 65 a fls. 65 do LIVRO Nº 95-I, deste Cartório. e que contém o respectivo documento com pagamento.

Segundo Cartório Notarial de Leiria, 01/01/98

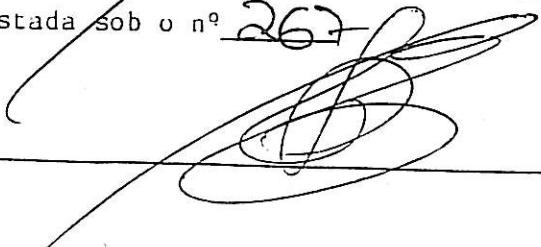
O (A) AJUDANTE;



CONTA:

Artº 17, nº1.....	<u>300,00</u>
" 17, nº2.....	<u>1300,00</u>
SOMA	<u>1600,00</u>

Conferida e registada sob o nº 262



CONTA:

ISENTA DE ENOLLEMENTOS

(Artº 134, nº3 do Código do Notariado)

Registada sob o nº 266

Livro 958
Folha 105

CONSTITUIÇÃO DE FUNDAÇÃO

-----No dia sete de Janeiro de mil novecentos e noventa e oito, no Segundo Cartório Notarial de Leiria, perante mim, o Notário, Agostinho Chaves de Andrade, compaceram como outorgantes:-----

----a)-Dr^a ISABEL DAMASCENO VIEIRA DE CAMPOS COSTA, casada, natural de Mirandela e residente na Quinta de Santo António, lote 63, 3^a direito em Leiria; -----

----Outorga em representação da: -----

--- CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA, com sede em Leiria, NIPC 660002022 -a qual é Presidente. -----

---b)-Dr^a ANA MARIA HENRIQUES DE ALMEIDA CARVALHO, casada, natural do Olival, Ourém e residente na Rua Agostinho Tinoco lote 12-2^a esquerdo em Leiria; -----

----Outorga em representação da: -----

---"ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE LEIRIA", NIPC 500349579 com sede na Avenida Combatentes da Grande Guerra, n^o 43, 3^a andar em Leiria, -a qual é Assessora da Direcção. -----

---Verifiquei a identidade e qualidade das outorgantes por conhecimento pessoal. Os seus poderes de representação constam de três actas que em fotocópia apresentam. -----

---E POR ELAS FOI DITO:- -----

---Que as aqui suas representadas, CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA e ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE LEIRIA constituem uma Fundação com a denominação "FUNDAÇÃO ESCOLA PROFISSIONAL DE LEIRIA", com sede na Rua da Cooperativa, lugar de S. Romão,

2
freguesia de Pousos, concelho de Leiria. -----

---Que a fundação se regerá pelos Estatutos que trazem articulados em documento organizado em separado, que elas outorgantes bem conhecem, dispensando a sua leitura e que fica a fazer parte integrante desta escritura. -----

---Arquivo:-O referido documento complementar. -----

---Fotocópias das três referidas actas. -----

Exibiram:-O certificado de admissibilidade da denominação adoptada, emitido em 2/SET/97 pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas. -----

---Li e expliquei em voz alta às outorgantes o conteúdo desta escritura na presença simultânea de ambas. *Reunido em*

*em sessão: CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA,
fundação, fotografar*

*Isabel Duqueleiro Viana & Cuijor, Lda
Que Alameda*

[Signature]
Conta nº 21

DOCUMENTO COMPLEMENTAR que faz parte integrante da escritura iniciada a fls. 65 do livro de notas "95-F" do Segundo Cartório Notarial de Leiria.

Doc. N.º _____ Fls. _____
Livro 95-F Fls. 65
2.º Cartório

ESTATUTOS DA "FUNDAÇÃO ESCOLA PROFISSIONAL DE LEIRIA"

Preâmbulo

A "Fundação Escola Profissional de Leiria", constitui-se com o objectivo de assegurar a consolidação do projecto da EPL, abrindo-o à participação de instituições e pessoas singulares, aprofundando a inserção da escola na região e reforçando os meios indispensáveis ao desenvolvimento das actividades de formação profissional inicial e contínua, actividades de inserção na vida activa e outras a que a EPL se vem dedicando ou que, no futuro, seja útil realizar na prossecução dos fins da Fundação.

CAPÍTULO I

Denominação, natureza, sede e fins

Artigo 1º (Denominação e natureza)

A "Fundação Escola Profissional de Leiria", adiante designada por Fundação, é uma instituição privada de interesse social local, instituída por tempo indeterminado, com início na data do respectivo reconhecimento.

Artigo 2º (Sede)

A Fundação tem a sua sede na Rua da Cooperativa, lugar de S. Romão, da freguesia de Pousos, do concelho de Leiria, podendo o Conselho da Fundação deliberar a sua mudança dentro do concelho de Leiria e a criação de delegações ou outras formas de representação onde for julgado conveniente para a prossecução do seu fim e actividade.

Artigo 3º (Fins)

1. A Fundação tem por fim a realização de actividades de formação profissional inicial, contínua, actividades de inserção na vida activa e a promoção do desenvolvimento cultural, social e económico do concelho de Leiria e da região.

2. Como fim específico, a Fundação assegurará as condições institucionais necessárias ao desenvolvimento da Escola Profissional de Leiria.
3. Serão ainda fins da Fundação outras actividades no âmbito da educação e formação que se mostrem úteis à região e sejam compatíveis com as condições e meios disponíveis.

Artigo 4º
(Integração no sistema educativo)

As actividades a desenvolver com vista à prossecução dos fins da Fundação integrar-se-ão no âmbito do sistema educativo, designadamente na área do Ensino Técnico-Profissional e Artístico e do sistema de formação profissional.

Artigo 5º
(Filiação e cooperação com instituições congéneres)

A Fundação pode, por deliberação do Conselho da Fundação, filiar-se ou, por deliberação da Direcção, estabelecer acordos de cooperação com instituições nacionais ou internacionais.

CAPÍTULO II
Instituidores e aderentes

Artigo 6º

1. A Câmara Municipal de Leiria e a Associação Comercial e Industrial de Leiria, promotores da Escola profissional de Leiria, são instituidores da Fundação.
- 1.1 - Cada instituidor disporá de um lugar por inerência na Comissão Permanente do Conselho da Fundação e, alternadamente em cada mandato, de um representante no Conselho Fiscal.
§ único: Apenas quando não tiverem representantes eleitos nos órgãos.
- 1.2 - Nas grandes questões da vida da Fundação, nomeadamente alterações de fundo no projecto, novas actividades, aquisição ou venda de património e extinção da Fundação, os instituidores disporão de direito de veto.
2. Todas as outras pessoas singulares ou colectivas que venham a integrar a Fundação serão consideradas aderentes.

By André

Doc. N.º _____ Fls. _____
Livro 95-5 Fls. 65
2.º Cartório

CAPÍTULO III

Regime patrimonial e financeiro

Artigo 7º (Património)

O património da Fundação é constituído por: _____

1. - Fundo inicial, constituído por: _____
 - a) Bens móveis e imóveis inventariados à data da sua constituição anexos ao balanço valorizados nas rubricas de existências, imobilizados corpóreos e incorpóreos; _____
 - b) Valores acumulados à data da sua constituição nas contas de Prestações Sociais, Capital Social, Reservas Acumuladas e Resultados Transitados; _____
 - c) Dotações efectuadas para o efeito pelos instituidores e aderentes. _____
2. - Os resultados decorrentes da gestão do seu património, das receitas provenientes da prestação de serviços no âmbito da sua actividade, dos donativos, subsídios ou contributos que lhe venham a ser concedidos, dos direitos que venha a adquirir de outros, deduzidos dos encargos decorrentes da sua actividade, provisões e amortizações legais, e que serão apurados anualmente, serão transferidos, por proposta do Conselho Fiscal e após aprovação pelo Conselho da Fundação, para o Fundo de Reserva da Fundação. _____

Artigo 8º (Composição do Fundo)

O Fundo Inicial compõe-se à data da sua constituição, pelos seguintes valores integralmente subscritos: _____

- Câmara Municipal de Leiria com Dez milhões de Escudos (10.000.000\$00) _____
- Associação Comercial e Industrial de Leiria com Um Milhão de Escudos (1.000.000\$00) _____

Artigo 9º (Aumentos do Fundo)

1. O Fundo de Reserva da Fundação poderá ser alterado por: _____
 - a) reforço, por parte de qualquer instituidor ou aderente, da sua dotação; _____
 - b) dotação resultante da admissão de novos aderentes; _____

- 17 *Adm* *A*
- c) transferências da conta de Resultados Líquidos, por proposta do Conselho Fiscal e após aprovação do Conselho de Fundação, tendo em conta o nº 2.1. do artº 7º. _____
2. A deliberação para o aumento do montante do Fundo, nos termos das alíneas a) e b) do número anterior, compete ao Conselho da Fundação. _____

Artigo 10º
(Investimentos)

Por deliberação do Conselho da Fundação e por proposta do Conselho Fiscal aquando da Proposta de Aprovação de Resultados, será afectada a investimentos do ano seguinte uma parcela não inferior a Cinquenta por cento, da verba a transferir anualmente da conta de Resultados Líquidos para o Fundo de Reserva da Fundação, assim constituído:

- Fundo de Reserva da Fundação** _____
- Fundo de Reserva Inicial - Instituidores _____
 - Fundo de Reserva - Aderentes _____
 - Fundo de Reserva - Reforço Instituidores e aderentes _____
 - Fundo de Reserva - Transferências de Resultados _____
 - Fundo de Reserva - Provisões para Investimentos _____

Artigo 11º
(Alteração do fim ou extinção da Fundação)

1. Compete ao Conselho da Fundação, por sua iniciativa ou sob proposta da Direcção, deliberar sobre a alteração do objecto da Fundação ou sua extinção, nos termos dos presentes estatutos e da legislação aplicável. _____
2. Em caso de extinção da Fundação será formada uma Comissão Liquidatária composta pelos Presidentes da Comissão Permanente, Direcção, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de contas. _____
- 2.1 - O Conselho da Fundação poderá ainda nomear outros membros para fazerem parte da Comissão Liquidatária. _____
3. Apurados os activos e passivos compete à Comissão Liquidatária reembolsar as dividas existentes utilizando os meios financeiros que se mostrem disponíveis. _____
- 3.1 - No caso de os meios financeiros disponíveis não serem suficientes para regularizar o passivo, o reembolso será efectuado por rateio percentual. _____

CAPÍTULO IV

Organização e funcionamento

Artigo 12º (Organização)

São órgãos da Fundação: _____

- a) O Conselho da Fundação _____
- b) A Comissão Permanente _____
- c) A Direcção _____
- d) O Conselho Fiscal _____
- e) O Conselho Consultivo _____

Artigo 13º (Composição e estrutura do Conselho da Fundação)

O Conselho da Fundação é composto pelos instituidores e aderentes, fazendo-se as pessoas colectivas representar por mandato expreso. _____

Artigo 14º (Competência do Conselho da Fundação)

1. Ao Conselho da Fundação competem, nos termos dos presentes Estatutos, os mais amplos poderes para estabelecer a política geral da Fundação e, nomeadamente: _____
 - a) Aprovar o orçamento e o plano anual de actividades; _____
 - b) Aprovar o relatório anual de actividades, o balanço e contas de cada exercício e o relatório do Conselho Fiscal; _____
 - c) Deliberar sobre as propostas de admissão; _____
 - d) Deliberar sobre alterações aos Estatutos, sobre os fins da Fundação ou sua extinção; _____
 - e) Eleger e designar os titulares dos órgãos da Fundação de acordo com os Estatutos; _____
 - f) Aprovar o Regulamento Interno da Fundação. _____
2. As deliberações respeitantes ao aumento do valor do Fundo, à alteração dos Estatutos e às propostas de designação ou de exoneração dos titulares dos órgãos da Fundação, carecem de deliberação por maioria qualificada dos votos correspondentes ao valor nominal total do fundo. _____

3. A exclusão de qualquer dos aderentes, por atitudes ou comportamento seriamente prejudiciais ao bom nome da Fundação, devidamente comprovados, carecem de deliberação por maioria qualificada dos votos correspondentes ao valor nominal total do fundo.

Artigo 15º
(Reuniões do Conselho da Fundação)

1. O Conselho da Fundação reunirá semestralmente ou sempre que o interesse da Fundação o exija.
2. O Conselho da Fundação é presidido por uma Comissão Permanente composta por:
 - a) Três membros eleitos.
 - b) Dois designados por inerência, em representação de cada um dos instituidores, nas condições previstas no § único, do nº 1.1 do artº 6º.
 - c) Presidente da Direcção.
- 2.1 - Constituída a Comissão Permanente, são designados, de entre os membros eleitos, um Presidente, um Vice-Presidente e um Vogal.
- 2.2 - Os representantes não eleitos dos instituidores desempenharão funções de vogais.
- 2.3 - O Presidente da Direcção desempenhará as funções de secretário.
3. A perda da qualidade de representante de membro do Conselho da Fundação por parte do Presidente, Vice-Presidente ou Vogais envolve a cessação das respectivas funções, dando lugar à eleição intercalar ou substituição até ao fim do mandato, regime igualmente aplicável nos casos de vacatura de cargos elegíveis que ocorram em qualquer outro órgão.
4. O Conselho considera-se validamente reunido com a presença de membros cujas dotações nominais para o Fundo representem, no seu conjunto, mais de metade do seu valor.
5. Salvo nos casos em que seja exigida maioria qualificada, as deliberações do Conselho são tomadas à pluralidade dos votos.
6. Cada pessoa singular ou colectiva, disporá de um voto por cada fracção de Cinquenta Mil Escudos (50.000\$00), do valor nominal da sua dotação para o Fundo, não podendo, porém, nenhuma delas deter mais de quarenta por cento dos votos, independentemente da sua participação naquele fundo.
7. As funções dos membros da Comissão Permanente, incluindo as do seu Presidente e Vice-Presidente, são exercidas a título não remunerado.

[Handwritten signatures]

Doc. N.º _____
Livro 95-F Fls. 65
2.ª Cartório

Artigo 16º
(Competências e funcionamento da Comissão Permanente)

1. Compete à Comissão Permanente: _____
 - 1.1 - Dirigir as reuniões do Conselho da Fundação; _____
 - 1.2 - Definir as linhas gerais da organização da Fundação; _____
 - 1.3 - Submeter à apreciação do Conselho da Fundação o Plano de Actividades e Orçamento; _____
 - 1.4 - Submeter à aprovação do Conselho da Fundação o relatório anual de actividades, o balanço e contas de cada exercício e o relatório do Conselho Fiscal, coincidente com o ano civil; _____
 - 1.5 - Administrar o património da Fundação, podendo contratar empréstimos e conceder subsídios, com vista à prossecução dos fins e actividades da Fundação; _____
 - 1.6 - Adquirir, alienar ou onerar bens móveis ou imóveis, desde que autorizada pelo Conselho da Fundação; _____
 - 1.7 - Contratar o pessoal da Fundação e exercer a competência disciplinar respectiva. _____
2. A Comissão Permanente reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente, ou pela maioria dos seus membros. _____

Artigo 17º
(Competências do Presidente e Vice-Presidente da Comissão Permanente)

1. Compete ao Presidente da Comissão Permanente a representação externa da Fundação, em cerimónias ou actos públicos. _____
2. O Presidente da Comissão Permanente representa activa ou passivamente a Fundação em juízo, e tem poderes para constituir mandatários judiciais. _____
3. Compete ao Vice-Presidente do Conselho da Fundação coadjuvar o Presidente e substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos, bem como exercer todas as demais competências que por ele lhe sejam delegadas. _____

Artigo 18º
(Competências e Funcionamento da Direcção)

1. À Direcção compete a gestão corrente da Fundação, nomeadamente: _____
 - a) Elaborar as propostas de plano de actividades e de orçamento; _____
 - b) Elaborar o relatório anual de actividades, o balanço e contas de cada exercício, coincidente com o ano civil; _____
 - c) Elaborar o Regulamento Interno da Fundação; _____
 - d) Gerir o património da Fundação; _____

- 11
- e) Gerir as actividades ou projectos promovidos pela Fundação ou em que esta intervenha; _____
- f) Praticar, em geral, todos os actos necessários à gestão corrente da Fundação. _____
- g) Assegurar a gestão da Escola Profissional de Leiria _____
2. A Direcção reúne com uma periodicidade semanal. _____
3. A competência para a prática dos actos de gestão corrente da Fundação que, pela sua natureza ou urgência, não possam aguardar a próxima reunião da Direcção, é cometida ao Presidente da Direcção. _____

Artigo 19º

(Composição e competências dos membros da Direcção)

1. A Direcção é constituída por dois membros - Presidente e Vice-Presidente nomeados pelo Conselho da Fundação. _____
2. O Presidente da Direcção será, obrigatoriamente, uma personalidade com formação e currículo adequado na área da educação, ensino e formação profissional. _____
3. Ao Presidente da Direcção competirá a coordenação da gestão corrente dos assuntos da Fundação e a direcção pedagógica da Escola Profissional de Leiria _____
4. Ao Vice-Presidente da Direcção competirá substituir o Presidente da Direcção nas suas faltas e impedimentos, bem como encarregar-se de áreas específicas de gestão que lhe venham a ser confiadas pelo Presidente da Direcção. _____
5. O mandato dos membros da Direcção é de três anos. _____
6. A remuneração dos membros da Direcção é fixada por deliberação do Conselho da Fundação. _____
7. Os membros da Direcção podem ser exonerados no decurso do mandato, por deliberação maioritária do Conselho da Fundação. _____

Artigo 20º

(Vinculação da Fundação)

A Fundação obriga-se com as assinaturas do Presidente da Comissão Permanente e do Presidente da Direcção, ou, em caso de impedimento comprovado destes, pelos seus substitutos legais. _____

§ único: Exceptuam-se os assuntos de gestão corrente e de natureza técnico-pedagógica, para os quais basta a assinatura do Presidente da Direcção ou, em caso de impedimento comprovado deste, do seu substituto legal. _____

Handwritten signatures and initials

Doc. N.º _____ Fls. _____
Livre 95-V Fls. 65
2.º Cartório

Artigo 21º
(Conselho Fiscal)

1. O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente e dois vogais, nomeados nos mesmos termos, em simultâneo e para iguais mandatos que os membros da Comissão Permanente. _____
2. O regime de simultaneidade da nomeação e do período do mandato previsto no número anterior não se aplica se ocorrer a exoneração de qualquer dos seus membros, verificando-se, então, a respectiva nomeação em separado até ao fim do mandato. _____
3. As funções do Presidente e do Vogal não Revisor Oficial de Contas do Conselho Fiscal serão exercidas sem vínculo e remuneração contratual. _____

Artigo 22º
(Competência do Conselho Fiscal)

1. Ao Conselho Fiscal são cometidos os mais amplos poderes para fiscalizar a actividade e funcionamento da Fundação e, nomeadamente: _____
 - a) Fiscalizar o bom cumprimento da lei, dos presentes Estatutos e das deliberações validamente tomadas pelo Conselho da Fundação; _____
 - b) Proceder ao exame das contas da Fundação e respectivos documentos de suporte contabilístico; _____
 - c) Apreciar e emitir parecer sobre o balanço e contas de cada exercício anual; _____
 - d) Pronunciar-se sobre qualquer assunto que lhe seja cometido para apreciação pelo Conselho da Fundação. _____
2. O Conselho Fiscal pode solicitar à Comissão Permanente e à Direcção todas as informações ou esclarecimentos, ou que lhe sejam facultados documentos que repare de necessários ao cabal exercício das suas funções. _____

Artigo 23º
(Conselho Consultivo)

1. O Conselho Consultivo é composto por: _____
 - a) Presidente da Comissão Permanente; _____
 - b) Presidente da Direcção; _____
 - c) Presidente do Conselho Fiscal; _____
 - d) Instituições, empresas ou personalidades que possam contribuir para a realização dos fins estatutários da Fundação, expressamente convidados pela Comissão Executiva. _____

M. J. Almeida

Doc. Nº _____ Fls. _____
Livro 95-5 Fls. 65
M.º Cartório

2. Os mandatos dos membros do Conselho Consultivo não são temporalmente limitados, considerando-se válidos enquanto não forem denunciados por qualquer das partes. _____

2.1 - O Conselho da Fundação pode determinar a perda de mandato de qualquer membro do Conselho Consultivo por razões de força maior. _____

Artigo 24º (Competências e funcionamento)

1. O Conselho Consultivo é um órgão de consulta da Fundação, competindo-lhe dar parecer sobre as matérias submetidas à sua apreciação pela Comissão Permanente, nomeadamente: _____

- a) Emitir parecer sobre as actividades e projectos da Fundação; _____
- b) Apresentar propostas e fazer recomendações relativamente a novas iniciativas a lançar ou a apoiar pela Fundação. _____

2. O Conselho Consultivo reúne, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo seu Presidente, por sua iniciativa ou a solicitação da Comissão Permanente. _____

CAPÍTULO V

Disposições finais e transitórias

Artigo 25º (Comissão Instaladora)

1. Durante o primeiro ano após a constituição da Fundação, as funções da Comissão Permanente serão desempenhadas por uma Comissão Instaladora. _____

1.1 - Compete também à Comissão Instaladora desenvolver todas as acções necessárias para que o número de membros aderentes, indispensável à constituição da Comissão Permanente e do Conselho Fiscal, permita a eleição destes órgãos antes do termo do mandato da Comissão Instaladora. _____

1.2 - O mandato da Comissão Instaladora é de um ano não prorrogável. _____

2. A Comissão Instaladora é constituída por dois representantes de cada um dos instituidores - Câmara Municipal de Leiria e Associação Comercial e Industrial de Leiria, bem como pelo Presidente da Direcção. _____

- 2.1 - Na primeira reunião da Comissão Instaladora proceder-se-á à designação do Presidente, do Vice-Presidente e dos Vogais. _____
- 2.1.1 - A cada um dos instituidores caberá a Presidência ou a Vice-Presidência conforme vier a ser acordado. _____
- 2.1.2 - As funções de Secretário serão desempenhadas pelo Presidente da Direcção. _____
3. No prazo máximo de trinta dias após a tomada de posse da Comissão Instaladora, proceder-se-á à nomeação da Direcção, cujo Presidente passará a integrar a Comissão Instaladora. _____
4. Os casos e situações omissas neste estatuto serão regulados de acordo com a Lei geral, Regulamento Interno da Fundação ou por decisão do Conselho da Fundação.

Isabel Duaneiro Vieira de Aguiar Costa

Que Almeida

o *[assinatura]*
[assinatura]